

A VERDADEIRA HISTÓRIA DO PLANO REAL

Rio de Janeiro, 04/07/99.

CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA.

Neste texto apresento a minha versão de como efetivamente foi formulado o Plano Real. Acredito que - até desmentido e prova em contrário -, tal plano foi idealizado a partir do trabalho de minha autoria, de 31/08/93, denominado "A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA", de subtítulo "CONTRA O VENENO DA COBRA, SÓ O PRÓPRIO VENENO DA COBRA", que teve uma versão resumida datada de 08/09/93, e o seu resumo, datado de 25/11/93. Foi uma iniciativa pessoal de apoio à campanha liderado pelo saudoso Betinho, denominada Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e a Favor da Vida, que contou com o apoio das três Associações de Funcionários do Sistema BNDES (AFBNDES, AFBNDESPAR e AFFINAME). Sou engenheiro e mestre em administração de empresas, e empregado da BNDESPAR desde março de 1995, e, a partir de maio de 1992, diretor financeiro da AFBNDESPAR.

No período de setembro a outubro de 1993, com apoio da AFDBNDESPAR, o meu trabalho (nas suas versões original e resumida) foi encaminhado, dentro de um objetivo supraclassista e suprapartidário, para quase duzentas pessoas e entidades representativas da sociedade brasileira, abrangendo os poderes executivo (federal, estadual e municipal) e legislativo, políticos e partidos políticos, entidades representativas do comércio, da indústria e dos bancos, centrais sindicais e sindicatos, professores, fundações e faculdades de economia, principais jornalistas, jornais e redes de televisão, entre outros. O objetivo era divulgar a proposta para concretizá-la, e como a considerava capaz de ser o pacto nacional, ela deveria ser encaminhada para todos os segmentos do país.

No dia 09/09/93 enviei o trabalho para o presidente Itamar Franco. Na carta de encaminhamento afirmo que acreditava: a) que a minha proposta poderia vir a ser alternativa mais recomendada para o equacionamento da crise brasileira, e poderia se transformar no verdadeiro pacto nacional, sob seu comando; b) que ela poderia se transformar grande obra de seu governo, c) que tinha uma certeza interna de que o caminho do Brasil passava pela minha proposta, ou algo perto dela, até mesmo por falta de alternativas; e d) que num país democrático acreditava que era possível um simples técnico levar suas idéias para a consideração da mais alta autoridade da República, e, mais do que isto, vê-la concretizada caso representasse efetivamente a melhor alternativa. Todos estas quatro previsões se confirmaram.

Tenho em meu poder perto de 40 cartas, fax's e telegramas agradecendo o envio do trabalho. Destaco a carta encaminhada pelo Dr. Edmar Bacha, de 08/09/93, o telegrama enviado por ordem do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso no dia 29/03/93, e a carta encaminhada por ordem do Dr. Winston Fritsch de 30/09/93 - na qual me agradece o envio do trabalho, e faz menção ao meu interesse pelas grandes questões do país ao apresentar idéias novas e criativas. Destaco também a carta, de 21/09/93, recebida do Dr. Tasso Jereissati, presidente do PSDB, onde agradece o envio e informa que o trabalho estava sendo analisado pelo partido.

A seguir apresento um relato dos principais fatos relacionados à elaboração e distribuição do meu trabalho, bem como outras informações objetivas, baseadas em fatos noticiados pela imprensa e publicados em livros, apresentados cronologicamente por data no período de 22/07/93 a 08/12/93. Tais fatos se, por um lado, não permitem provar que o meu trabalho contribuiu decisivamente na formulação do Plano Real, por outro, mostram que é muito difícil, senão impossível, que isto não tenha acontecido. A analogia aqui é com um exame de investigação de paternidade através do DNA, que por si só não pode afirmar se a criança é filha das pessoas fornecedoras do sangue, mas apenas a dar probabilidade de que isto seja

verdadeiro. Infelizmente, não existe um exame que possa para esclarecer de uma vez esta história de como nasceu o Plano Real. Assim, eu fiz o que pude, dentro das minhas limitações. Em seguida destaco os principais fatos citados, e as conclusões deles derivadas:

1) Em 22/07/93, durante uma viagem a Brasília, em companhia dos presidentes da AFBNDES (Sérgio Roberto Lima de Paula), da AFBNDESPAR (Adilson Vianna Costa) e AFFINAME (Jane Maria Coelho Duarte), e de um diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro (Antônio Saraiva da Rocha), tomei a decisão de elaborar uma proposta para acabar com a inflação brasileira.

2) A primeira versão do meu trabalho foi entregue ao Dr. Delben Leite Presidente do BNDES em 30/07/93, e já propunha a indexação total da economia.

3) A segunda versão do meu trabalho foi entregue no dia 09/08/93 ao Dr. Raul Julgmann, secretário-executivo da SEPLAN. Nela já era proposto indexador cambial determinado por uma cesta de moedas, de valor inicial igual a 1 US\$, a ser utilizado opcionalmente nos seis meses previstos para a fase de preparação, o qual se transformaria na nova moeda forte nacional na fase seguinte, de estabilização / consolidação. Isto, infelizmente, acabou sendo a alternativa adotada para o Plano Real;

4) Em 13/08/93, entreguei a terceira versão preliminar do trabalho ao Dr. Antônio de Oliveira Santos, presidente da CNC - Confederação Nacional do Comércio, que em 17/08/93 me agradeceu por escrito o seu envio. Ela já tem o conteúdo da versão final, contendo a fase de estabilização (de um ano ou mais, onde tudo permaneceria atrelado ao indexador, agora de forma compulsória), e, depois, a fase de consolidação, onde o indexador se transformaria na nova moeda forte e seria proibida toda e qualquer indexação na economia.

5) Em 03/03/93, enviei a versão final, de 31/08/93, para Edmar Bacha, e a entreguei em mãos para Aspásia Camargo, presidente do IPEA, para o jornalista Conrado Pereira, para o economista Fernando de Hollanda, da FGV/RJ, entre outros, numa palestra ocorrida no BNDES.

"Técnico sugere o cruzeiro cambial"

6) Em 08/09/93 saiu primeira notícia na imprensa sobre um indexador para a economia, que é sobre o meu trabalho: "Técnico sugere o cruzeiro cambial", publicada na Tribuna da Imprensa, assinada pelo jornalista Conrado Pereira. Neste mesmo dia, Edmar Bacha escreveu carta para mim agradecendo o envio do trabalho, mas não a remeteu pelo correio. Neste mesmo dia iniciei a divulgação do trabalho, fazendo uso de fax, enviando-o para FHC e seus assessores Lara Resende, Pêrsio Arida e Winston Fritsch, para diversos jornais e jornalistas, entre outros.

7) Em 09/09/93, enviei o trabalho para presidente da República Itamar Franco, senadores José Sarney, Mario Covas e deputado José Serra, entre outros. Em 10/03/93, enviei o trabalho para Pedro Malan, entre outros. Neste mesmo dia sai a primeira notícia, na imprensa, em O Estado de São Paulo, informando que a equipe econômica recentemente havia passado a analisar a criação de um indexador na economia.

8) Em 13/09/93, enviei o trabalho para o governador do Ceará, Ciro Gomes, e para o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, entre outros.

9) Em 15/09/93, na AFBNDESPAR, fui entrevistado pela jornalista Cristina Alves, de O Globo; a matéria foi feita mas não foi publicada. Neste dia começou mudança na política cambial, abrindo caminho para criação de âncora cambial (Jornal do Brasil), eliminando diferenças entre dólar comercial, turismo e paralelo. Neste mesmo dia, telefonei, a pedido, para Pêrsio Arida, então presidente do BNDES que me agradeceu o trabalho, diz que já o lera e iria lê-lo de novo com mais atenção, mas que não iria comentá-lo por questões óbvias, o que estaria fazendo naquele

momento, caso eu o tivesse enviado a 15 atrás, quando ele ainda não fazia parte do governo.

10) No dia 19/09/93 a Folha de S. Paulo noticiou que a idéia de um indexador cambial no mercado financeiro foi discutida pela equipe econômica com os principais banqueiros do país.

11) No livro "A Historia Real", de Gilberto Dimenstein e Josias de Souza (de outubro/94), é narrada uma reunião que teria ocorrido em meados de setembro/93 na casa de Fernando Henrique em Brasília, entre os membros da equipe econômica e a cúpula do PSDB. Nela, os membros da equipe econômica teriam apresentado aos políticos a idéia geral do plano de estabilização em estudo, que previa a criação de um indexador cambial para economia, que, após um prolongado período de tempo, se transformaria na nova moeda forte nacional, tal como na minha proposta. Estavam presentes, além de FHC, os membros da sua equipe Edmar Bacha, Pécio Arida, André Lara Resende, Winston Fritsch e Clóvis Carvalho, e os políticos José Serra, Mário Covas, Ciro Gomes e Tasso Jereissati. Destes, somente o Dr. Clóvis Carvalho não recebeu diretamente o meu trabalho. No dia 21/09/93, o Dr. Tasso Jereissati, então presidente do PSDB, me enviou uma carta, onde me agradeceu o encaminhamento do trabalho, e disse que ele estava sendo analisado pelo partido, o que me faz supor que ele foi discutido naquela reunião.

12) Neste mesmo livro, os autores contam que a idéia do indexador teria sido sugerida por Edmar Bacha, numa reunião ocorrida na manhã do dia 06/08/93 na casa de FHC em Brasília - ou seja, na sexta feira anterior à segunda feira do dia 09/08/93, data em que entreguei o meu trabalho ao Dr. Raul Julgmmam, da SEPLAN. Tal idéia teria sido discutida posteriormente pela equipe e depois escrita (com o auxílio do Dr Gustavo Franco), surgindo daí um documento que foi denominado de "Bacha 1", datado de 31/08/93. Data, que, por coincidência ou não, é a mesma da versão final do meu trabalho. No "Bacha 1", a idéia ainda estaria ainda em estado muito preliminar, o texto se concentrava mais nas questões fiscais e orçamentárias, e o tal indexador ainda não se transformava em moeda no final do processo. Posteriormente, este trabalho foi aprimorado até se transformar no denominado "Bacha 2", datado de 21/09/93, no qual o indexador se transformava na moeda forte no final do processo. Observe-se que, coincidentemente, a data do "Bacha 2" é a mesma data da carta que o Dr. Tasso Jereissati me enviou, agradecendo o meu trabalho, e dizendo que ele estava sendo analisado pelo partido.

13) O curioso é que somente no dia 22/09/93 a carta que o Dr. Bacha me escreveu agradecendo o envio do meu trabalho foi colocada no correio em Brasília. Ou seja, um dia após a conclusão do chamado "Bacha 2" e da carta do Dr. Jereissati. Relembro que a carta do Dr. Bacha foi feita em 08/09/93, ou seja, no mesmo dia em saiu a notícia na Tribuna da Imprensa sobre a minha sugestão do cruzeiro cambial. Tudo isto me leva a concluir que os fatos acima narrados envolvendo os documentos "Bacha 1 e 2", a reunião na casa de FHC entre os líderes do PSDB e equipe econômica, as cartas dos Drs. Bacha e Jereissati, a notícia na Tribuna da Imprensa e o meu trabalho estejam estreitamente relacionados. E que os Drs. Jereissati e Bacha só me encaminharam suas cartas de agradecimento após ter sido decidida a adoção da minha proposta.

14) Em 22/09/93, é publicada na Folha de S. Paulo a matéria "Equipe econômica pode indexar preços ao câmbio já em outubro", informando que o indexador cambial prepararia uma futura desindexação da economia em 1994 e que alguns da equipe defendiam a sua adoção antes do ajuste fiscal (tal como propus) e que outros defendiam que o ajuste fiscal deveria preceder a introdução do indexador.

15) Em 23/09/93, a equipe econômica viajou para Washington para a reunião do FMI e BIRD, e sai a notícia na Folha de S. Paulo de nome "Banqueiros aprovam fixação de índice único baseado no câmbio". No dia 24/09/93, os jornais publicaram declaração de Winston Fritsch, antes de embarcar para Washington, dizendo "estamos levando o esqueleto da dexindexação da economia". Tais fatos mostram

que a equipe econômica já tinha preparado um esboço do plano para levá-lo para discussão com o FMI.

16) Em 26/09/93, sai a notícia na Folha de S. Paulo "Dexindexação: Fazenda ainda estuda duas opções" com subtítulo "Equipe ainda não sabe se promove a prefixação mensal ou se faz congelamento temporário". Segundo informações publicadas na imprensa posteriormente, o FMI teria vetado a adoção do inovador indexador cambial, e teria preferido a alternativa da prefixação de preços e salários associada a um ajuste fiscal, tal como feito no México. Em função disto, a equipe econômica avaliou esta alternativa durante todo o mês de outubro e até aproximadamente o dia 20/11/93.

17) Em 29/03/93, recebi telegrama por ordem do ministro da Fazenda FHC, informando que meu trabalho foi encaminhado, para exame e providências cabíveis, à Secretaria de Política Econômica daquele ministério, e no dia seguinte 30/09/93, recebi carta por ordem de Wisnton Fritsch, agradecendo o envio do trabalho, informando que ele está sendo analisado, e fazendo menção às suas "idéias novas e criativas" (grifos meus). Notar que aqui está o reconhecimento de que os membros da equipe ainda não tinham tido a idéia do indexador, caso contrário as minhas idéias não seriam "novas e criativas".

Finalmente, a Minha Proposta é Adotada

18) Do início de outubro e até o dia 20/11/93 aproximadamente, a equipe econômica se concentrou na alternativa da prefixação de preços e salários sugerida pelo FMI, através da utilização de um indexador com redutor de inflação para ser aplicado compulsoriamente em toda economia, tal como dito anteriormente. Notícias publicadas na imprensa em 25/10/93, e nos dias 12, 17, 18, e 19/11/93, citadas no Anexo 1, comprovam tal fato.

19) A partir do dia 22/11/93, os jornais informaram que a equipe econômica decidira abandonar a alternativa da prefixação dos preços e salários através da adoção de um indexador cambial com variação abaixo da inflação. Isto teria ocorrido numa reunião realizada em São Paulo no sábado anterior.

20) A partir daí quase todas as idéias apresentadas no meu trabalho passaram a ser anunciadas pela imprensa, tais como: a) o indexador seria criado para posteriormente se transformar na nova moeda; b) que ele não seria de uso compulsório; c) que ele teria variação diária acompanhando a variação da inflação, sem redutor; d) que estudava-se a alternativa dele ser determinado por uma cesta de moedas internacionais; e) que ele seria introduzido gradualmente na economia, começando pelas tarifas e títulos públicos, para depois ser o indexador de todas aplicações financeiras; f) que todos indexadores oficiais (TR, UFIR) da economia passariam a ter a mesma variação do indexador; g) que o indexador seria o referencial para a nova política salarial. Além disto três sugestões que fiz para a reforma fiscal foram publicadas como estando em estudos pela equipe econômica.

21) No 28/11/93, duas notícias importantes saíram nas primeiras páginas do Estado de São Paulo e da Folha de S. Paulo. O Estadão anuncia em sua manchete que "Governo usa ajuste para propor pacto". Tal matéria apresenta diversos trechos semelhantes aos do meu trabalho, e coincide com a minha afirmação de que a minha proposta poderia vir a representar um pacto nacional. Na notícia publicada na Folha "Presidente recusou três planos para a economia" foi informado que o presidente Itamar: a) não aceitou as propostas anteriormente apresentadas pela equipe econômica de prefixação de preços, de circulação de duas moedas, e de dolarização; b) que o plano aceito, o de um novo índice para a economia até a implantação da nova moeda, era tido como a última oportunidade do governo de conseguir estabilizar a economia. Notar que na minha carta de 09/09/93 ao presidente Itamar Franco estes dois temas foram abordados. E assim, a matéria confirma a minha afirmação feita na carta ao presidente Itamar de que eu tinha uma certeza interna de que o caminho do Brasil passava pela minha proposta, ou algo perto dela, até mesmo por falta de alternativas.

A grande inovação do Plano Real foi a criação do indexador diário na economia, aplicado inicialmente para a conversão dos preços e salários, e que ao final do processo se transforma na nova moeda forte nacional. E tudo isto sendo feito de forma anunciada, gradualmente, sem congelamentos e sem quebra de contratos. Tal inovação foi reconhecida por diversos economistas e professores de economia com quem conversei após a elaboração do meu trabalho, entre eles, Cláudio Contador, da COPPEAD/UFRJ, Sérgio Berssemam, que era chefe do gabinete do presidente do BNDES Pécio Arida, e o prof. Fernando Hollanda, da FGV. O Dr. Hollanda, que foi um dos primeiros a receber o meu trabalho, e que, inclusive, no final de junho de 1995, me apresentou publicamente como o autor da idéia do indexador, durante um seminário realizado sobre o Plano Real, promovido pelo CORECON/RJ e pelos Sindicato e Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro.

Importa dizer que já existiam no meio acadêmico idéias semelhantes, das quais destaco o chamado Plano Larida, de André Lara Resende e Pécio Arida (PUC/RJ -1984), o Plano Real, de Francisco Lopes (PUC/RJ- 1988), e o chamado Conselho da Moeda (Currency Board), de André Lara Resende (1991). Ressalto que só tive a oportunidade de ler os dois primeiros após já ter feito e distribuído o meu trabalho. Estes planos - chamados de bi-monetários, ou de moeda indexada - têm como sua principal característica a convivência simultânea de duas moedas na economia, uma fraca e outra forte, ao longo de um período prolongado de tempo, de forma a permitir a transposição gradual dos preços e salários de uma moeda para outra, sem congelamentos e sem quebra de contratos. Mas é justamente a existência de duas moedas efetivas na economia que, a meu ver, tornam inviáveis os planos bi-monetários, pois neles torna-se impossível a determinação da taxa de câmbio de uma moeda em relação a outra, conforme explico a seguir.

A inflação só pode ser medida em uma única moeda. Assim, na medida em que os preços fossem sendo convertidos da moeda fraca para a moeda forte, seria necessário se utilizar a própria taxa de câmbio entre elas para que todos os preços pudessem expressos numa mesma moeda. Contudo, o que se quer determinar é justamente tal taxa de câmbio. Ou seja, a variável é função dela mesma, o que é um absurdo matemático. Desta forma, ficaria muito difícil determinar e controlar o volume de moeda (base monetária) na economia, e, além disto, haveria uma tendência à hiperinflação na moeda fraca, em prejuízo dos mais pobres. Isto abreviaria o período de tempo da convivência das duas moedas, o que contrariaria o objetivo maior de fazer a transposição dos preços gradualmente dentro de um período prolongado.

A meu ver os economistas ficaram prisioneiros do seu próprio academicismo, pois sempre estudaram que uma moeda possui três características básicas, a saber: ser meio de pagamento, unidade de conta, e reserva de valor. Desta forma, nas suas idéias sobre planos de estabilização, eles sempre pensaram na moeda enquanto moeda mesmo, e não observaram que num país indexado como o Brasil, a questão só poderia ser solucionada com a introdução de mais um indexador diário (que apenas é uma unidade de conta), pois assim continuaria a existir uma única moeda na economia.

Na medida em que sou engenheiro e mestre em administração de empresas, não fiquei preso a este academicismo. Daí foi só aproveitar analogia do veneno de cobra e da vacina contra picada de cobra, onde se usa o próprio veneno para fazê-la, para concluir que a única saída para acabar com a inflação e indexação no Brasil era superindexar a economia. Vale aqui lembrar que o meu trabalho tinha como subtítulo "Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra" - justamente para destacar a idéia que me ajudou a fazer a proposta pioneira do indexador diário que depois se transforma na moeda forte da economia.

O Veneno da Cobra Contra a Própria Cobra

Aliás esta analogia, contida no subtítulo do trabalho, acabou por gerar uma das maiores comprovações da utilização da minha proposta na elaboração do Plano Real. Isto porque ela foi citada por um dos principais assessores do ministro da

Fazenda na reportagem "Façam seus jogo senhores" da revista Exame de 08/12/93, que é reproduzida a seguir:

"Concebida nos laboratórios da equipe econômica do ministro Fernando Henrique,, a UR destina-se a funcionar como remédio contra mordida de cobra. Como os soros anti-ofídicos, feitos a partir do próprio veneno dos répteis, a UR, conforme definiu um dos principais assessores do ministro em conversa a chefe da sucursal de Exame em Brasília Nely Caixeta e a jornalista Cíntia Sasse...." (grifos meus).

Assim, fica mais que evidente que o meu trabalho serviu de base para a formulação do plano real, visto que a sua marca registrada foi até mesmo usada pelo assessor do ministro FHC para melhor explicar o objetivo da então chamada UR.

Não resta dúvida que o indexador foi apenas um detalhe técnico, contudo fundamental para aperfeiçoar e viabilizar as idéias inovadoras, porém inviáveis, de André Lara Resende e Pêrsio Arida. Vale dizer que, a meu ver, as idéias de Francisco Lopes são apenas adequação das do Plano Larida. Mas é preciso ressaltar que a minha proposta não foi apenas técnica, mas também política, pois ela objetivou ser um mecanismo que pudesse se transformar num pacto nacional, e para tanto deveria ser implantado em etapas e de forma anunciada, e também deveria o mais neutro possível, de modo que as partes envolvidas aderissem a ele espontaneamente, de forma negociada. Ressalto que não é a toa que o seu nome tem a palavra negociada.

Assim, face ao exposto, tenho fortes motivos para acreditar que o Plano Real foi feito a partir do meu trabalho "A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA":

1) o fato da idéia do indexador ainda não existir no meio acadêmico, conforme acima relatado, lembrando que a primeira notícia publicada na imprensa, no dia 08/09/93, fazendo a sua proposição foi sobre o meu trabalho;

2) o fato da idéia do indexador diário para a economia começar a ter sido noticiada logo após o seu envio do meu trabalho para os membros da equipe econômica do governo;

3) o fato de grande parte das minhas propostas ter sido divulgada pela equipe econômica na imprensa no final de novembro e início de dezembro de 1993;

4) as diversas coincidências entre fatos publicados na imprensa e em livros, entre datas e fatos relacionados à formulação do Plano Real e ao meu trabalho, anteriormente relatadas;

5) o fato de versões divulgadas posteriormente em entrevistas de membros da equipe econômica, notícias e reportagens nos jornais, revistas e livros serem bastante contraditórias. Em muitas delas ora um membro da equipe econômica teria feito uma coisa, ora teria feito outra. Também muitas delas partem do princípio de que a equipe econômica desde o começo sabia o que iria fazer, se esquecendo de que: a) no mês de agosto/93 as alternativas mais comentadas na imprensa eram a dolarização à moda argentina e o "conselho da moeda", de Lara Resende; b) no mês de setembro/93 prevaleceu a idéia do indexador cambial, tal como na minha proposta, mas que foi vetada pelo FMI; c) no mês de outubro/93 até 20/11/93, prevaleceu a alternativa da prefixação, com um indexador cambial compulsório com variação mensal abaixo da inflação do mês anterior; d) a partir de 21/11/93 até o anúncio do plano em 07/12/93, voltou a prevalecer na na mídia quase que integralmente a minha proposta; e e) posteriormente tal proposta foi sendo sucessivamente alterada, até ser implantada.

Mas o que me dá a certeza de que a idéia do indexador foi minha é o fato de nunca ter tido uma resposta ao meus diversos pedidos de esclarecimento sobre a questão feitos aos presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, e a seus ministros e assessores. No dia 14/12/94 encaminhei para o presidente Itamar Franco uma carta (que continha dois volumosos anexos contendo toda a documentação relacionada), com

cópias para diversas pessoas, entre as quais o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. Até hoje nenhum deles respondeu aos pedidos de esclarecimento. E a falta de resposta não foi só para mim: no dia 20/12/94, os presidentes das três associações de funcionários das empresas do Sistema BNDES (AFBNDES, AFBNDESPAR e AFFINAME) também enviaram uma carta ao presidente Itamar Franco que nunca foi respondida, na qual testemunharam todos os fatos relacionados ao desenvolvimento do meu trabalho e solicitaram que ele atendesse ao meu pedido de esclarecimento feito em 14/12/94.

Em 23/06/95, escrevi uma nova carta ao já presidente da República Fernando Henrique Cardoso, enviando-lhe o meu artigo "Plano Real: como sair da sua sinuca de bico", onde preocupado com os rumos do plano fiz algumas sugestões para acertá-lo, através de uma maxidesvalorização cambial de 30%, da recriação da URV (para a reindexação temporária dos preços e salários) e de diversas medias no mercado financeiro. Nesta correspondência, também remeti cópia da minha carta ao presidente Itamar Franco de 14/12/95, bem como da cartas dos presidentes da AF's acima citada, e pedi a FHC que, na condição de presidente da República, esclarecesse a minha contribuição na elaboração do Plano Real. Ora, no dia 31/10/95 recebi um telegrama do próprio presidente FHC, no qual ele me agradeceu o envio do artigo da "sinuca de bico", mas ele simplesmente ignorou o meu novo pedido de esclarecimento, o que não deixa de ser muito estranho. Afinal, será que ele só leu o meu artigo? Como no artigo afirmo que, até prova ou desmentido em contrário, o Plano Real foi formulado a partir do meu trabalho, passei a entender que o silêncio do presidente representava sua concordância implícita ao que eu havia afirmado. E tal fato foi objeto da última carta que remeti ao presidente FHC em 07/12/95, que também nunca me foi respondida.

Vale dizer que, segundo informado, há uns dois anos atras, pelo jornalista Celso Pinto, nas suas colunas na Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil, no mês de julho de 1995 o governo quase fez uma maxi, mas a quebra do Banco Econômico, seguida pela do Banco Nacional impediram a sua efetivação. Será que não existiu relação entre este fato e o telegrama que eu recebi pessoalmente de FHC? Pois afinal, a minha proposta era ser fazer uma maxi de 30%, totalmente oposta à diretriz que o governo estava tomando na época.

Sempre fui contra os rumos que o Plano Real seguiu, calcado numa política de juros escorchantes e câmbio valorizado. Em outubro de 1996, no livreto do meu CD, A CADA ÂNGULO E TEMPO DO OLHAR, escrevi na observação (1), em complemento à afirmação feita no texto principal, de que a maior aplicação da minha Teoria Geral da Bidualidade era ela ter contribuído para a elaboração do meu trabalho que serviu de base para a elaboração do Plano Real. Tal observação é reproduzida a seguir:

"Refiro-me ao meu trabalho, de 31/08/93, denominado "A Indexação Diária Negociada" (de subtítulo "Contra o Veneno da Cobra, Só o Próprio Veneno da Cobra"), que foi uma contribuição pessoal para a Campanha Contra A Miséria e a Fome, do Betinho. Na sua primeira versão, de 30/07/93, fiz uma menção à TGBD, omitida nas versões seguintes. Esse trabalho foi a base teórica do denominado Plano Real, pois nele propus, pioneiramente, a criação de um indexador cambial diário para a economia, o qual após longo período se transformaria na nova moeda forte nacional. Tal indexador, posteriormente, veio a se chamar URV e se transformou, prematuramente, no Real.

Lamento que os presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, para os quais enviei o citado trabalho no início de setembro/93, nunca se dignaram a reconhecer o meu mérito nessa questão. E, principalmente, que não tenham aproveitado integralmente minhas propostas.

Como o período da URV foi muito curto (por motivações eleitorais) e não foram feitas as reformas estruturais necessárias (por falta de decisão política), restou ao governo, para compensar, sobrevalorizar o câmbio, escancarar a economia às importações e globalização, aumentar os juros, arrochar os salários (via sua desindexação), resultando disto a contenção do crescimento e os aumentos do

endividamento público, da inadimplência e quebradeira das empresas/pessoas e do desemprego. Tudo de uma forma bem diferente do que propus.

E, assim, colocaram em risco o nosso mais bem sucedido plano de combate à inflação, e nos meteram numa sinuca de bico - que lenta e gradualmente vai deteriorando a nossa economia - e para a qual já sugeri uma saída, infelizmente não aproveitada. Note-se que a nova moeda foi criada numa paridade de um para um com o dólar e, depois de 60% de inflação, continua quase nessa mesma paridade. Afinal, o Real é real?"

Realmente, o Real era irreal. Isto começou a ser confirmado em novembro de 1997, quando o Brasil foi sacudido pela crise do Sudeste Asiático. Naquele mês escrevi outro trabalho, denominado A MAXI-SEM-DOR, que era uma evolução das idéias contidas no artigo da sinuca de bico de junho de 1995. Com o agravamento da crise brasileira, com o advento da crise da Rússia, em 24/09/98, fiz um novo trabalho, denominado A MAXI HETERODOXA, de subtítulo, UMA SAÍDA, SEM DOR, PARA A SINUCA DE BICO DO PLANO REAL, que em 24/09/98 foi entregue ao então presidente do BNDES, André Lara Resende, e posteriormente para o presidente Fernando Henrique Cardoso, seus ministros e equipe econômica, e para todo o país, num total de uns 1200 e-mails, sempre encaminhado através de uma carta dos presidentes da AFBNDES, AFBNDESPAR e AFFINAME, na qual faziam referência à minha contribuição ao Plano Real, através do meu trabalho A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA.

Infelizmente, tal proposta não foi adotada, e o governo teve de fazer a liberação cambial de uma forma forçada e fora do seu controle, que causou grandes malefícios ao nosso país, através do aumento expressivo da sua já elevada dívida interna, e tudo tendo sido feito de uma forma cheia de suspeitas e interrogações, as quais vêm sendo investigadas por uma CPI no Senado Federal.

Foi adaptando A MAXI HETERODOXA, que fiz em 17/03/99 outro trabalho denominado A REINDEXAÇÃO TOTAL, que era uma alternativa para ser utilizada num eventual agravamento da nossa atual crise, o qual, felizmente, não se deu. Acredito, contudo, que nada atualmente está resolvido, pois apesar da maxi, as taxas de juros reais na economia se encontram, apesar da sua grande queda recente, em patamares escorchantes. Vamos aguardar e ver a onde tudo isto nos conduzirá.

Rio de Janeiro, 04/07/99.

CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA.

OBSERVAÇÕES:

Caso queira conhecer na sua íntegra os trabalhos do autor A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA e A MAXI HETERODOXA, basta entrar no meu site do Yahoo!!, que contém os meu trabalhos relacionados ao Plano Real, no endereço abaixo:

<http://br.groups.yahoo.com/group/averdadeirahistoriadoplanoreal/>

Caso queira algum esclarecimento adicional ou fazer algum comentário escreva para o seguinte endereço:

cbas@gbl.com.br